

Governo já conta 332 votos por 5 anos

Dados de 12 ministros animam Presidente mas a batalha de convencimento não pára



Brossard

Brossard vê chance para pacto

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, declarou ontem em Porto Alegre que o presidente Sarney pode ter novamente a oportunidade de negociar o pacto nacional, após a votação do seu mandato pela Constituinte. Brossard lembrou que o presidente já fez várias tentativas neste sentido e lamentou que elas não tenham sido aceitas pelas forças políticas. O ministro foi taxativo ao prever a vitória dos 5 anos.

Brossard foi homenageado ontem por empresários gaúchos, juntamente com Simon.

Para Santillo, é hora de unir

O governador de Goiás, Henrique Santillo, voltou a defender ontem, ao deixar o gabinete do presidente José Sarney, a formação de um programa suprapartidário de união nacional para concluir o processo de transição política. Para ele, a elaboração de um programa econômico e político tem por objetivo oferecer maior tranquilidade e segurança ao País, e não implica, necessariamente, numa reforma ministerial. O projeto, sustentou, deve ter a participação de todos os partidos políticos.

Para Santillo, o projeto suprapartidário deve ser complementado ao Programa Modernização e Ajustamento, aprovado no mês passado pela maioria dos governadores. Ele disse que não conversou sobre o assunto com o presidente Sarney, porque ele conhece a sua posição, pois foi um dos negociadores junto aos colegas.

O governador disse que tratou com Sarney apenas de problemas administrativos, e não chegou a conversar sobre o mandato, porque os cinco anos estão garantidos. Ele disse que 12 dos 33 constituintes do Estado votaram com Sarney. "Em Goiás não há alteração", sustentou o governador, observando que estava preocupado com a necessidade da elaboração do programa suprapartidário.

Santillo disse que não está preocupado com a formação do novo partido político, e que vem lutando para manter a unidade do PMDB. Lamentou que "os peemedebistas não estejam compreendendo que é necessário a união para terminar o processo de transição democrática".

Quêrcia move ação contra dois jornais

São Paulo — Por entender que a pesquisa sobre corrupção do governo do estado, feita pelo Datafolha, foi noticiada de forma tendenciosa, o governador Orestes Quêrcia entrou ontem com representação na Procuradoria Geral da Justiça contra os responsáveis pelos jornais Folha de S. Paulo e Folha da Tarde.

A pesquisa, publicada domingo, indicava que 54 por cento dos 1.000 paulistanos entrevistados "disseram acreditar que existe corrupção no governo do estado". Quêrcia, pessoalmente, não comentou a matéria publicada pelos dois órgãos paulistas, mas seu coordenador de imprensa, Carlos Rayel, divulgou nota em que classifica a pesquisa de "imoral e antitética".

Após reunir-se com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira (seu advogado particular), Quêrcia decidiu entrar com representação na Justiça contra os dois jornais. Segundo explicou Rayel, o governador espera que o procurador Cláudio Alvarenga promova uma ação penal contra os responsáveis por aqueles órgãos "pela prática de delito contra a honra do governador". O motivo é a forma como foi veiculada a pesquisa, insistiu o coordenador de imprensa.

Esperidião não acredita em dias melhores

"O pior de tudo é que não acredito que nada melhore no País depois da aprovação dos 5 anos". O desabafo é do ex-governador de Santa Catarina e candidato lançado à Presidência da República, Esperidião Amin. Para o político, do PDS, se passarem os cinco anos "o Congresso, agindo claramente por pressão do Governo estará cometendo um ato de hostilidade à população, da qual o maior culpado será o PMDB".

Esperidião Amin que foi a Porto Alegre reunir-se com dirigentes do PDS gaúcho disse que Teceia também o adiamento das eleições municipais.

A avaliação feita ontem pelo presidente José Sarney baseada em informação de 12 ministros, indica que continua melhorando a situação do grupo cincoanista na Constituinte que conseguiu mais quatro adesões. "O último levantamento mostra que, agora 332 constituintes votarão nos cinco anos", revelou o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, após o encontro do qual participaram 12 ministros. Segundo o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, o alargamento da margem de vitória do Governo é resultado do trabalho que vem sendo feito junto aos indecisos, agora reduzidos a apenas sete.

Quando ao dia da votação, Prisco Viana e Costa Couto continuam acreditando que deverá ser ainda esta semana, amanhã ou depois. "Todas as evidências nos levam a crer que a duração do mandato do presidente Sarney será votada esta semana. Só não podemos garantir porque esta é uma decisão dos constituintes", disse Costa Couto. Mas toda a questão é saber se haverá ou não acordo em relação ao capítulo que trata do índio. Até ontem nada foi for-

malizado, o que impediu sua votação.

DUAS ALTERNATIVAS

A equipe política do Governo estuda duas alternativas caso emperrem as negociações em torno da questão dos índios: obstruir os trabalhos da Constituinte até o retorno de Sarney da reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, marcada para o próximo dia 8, uma vez que o Presidente deseja assistir a votação de seu mandato, ou, considerando a larga margem de vantagem contabilizada, deixar que os trabalhos sigam seu curso normal. Esta última alternativa significa que a duração de seu mandato poderá ser definida pela constituinte durante a ausência do maior interessado.

O ministro Prisco Viana informou que além da checagem dos votos pré-cinco anos, durante a reunião de ontem foi discutida a mecânica da votação do mandato e esquemas de defesa contra qualquer manobra que vise a protelação da votação. Não quis, por razões óbvias, revelar a estratégia a ser adotada, argumentando: "Isto seria o mesmo que entregar o ouro aos bandidos".

EUGENIO NOVAES



A adesão de Arinos ao grupo cincoanista foi mais uma ducha fria em Richa e no desanimado bloco dos quatro anos

Na cidade, 285 a postos

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Desde o final da tarde de ontem o Governo dispõe em Brasília, confirmados e checados um a um, de 285 constituintes para aprovar em plenário os cinco anos para o presidente José Sarney. A previsão é de que a votação só ocorra na quinta-feira pela manhã, mas a mobilização desde domingo passou a ser intensa, para evitar que surpresas oposicionistas pudessem pôr em risco a vitória do Palácio do Planalto, que conta aprovar aquele prazo de mandato com até 320 votos.

O deputado Gilson Machado vem trabalhando na mobilização junto com Dáso Coimbra e uma equipe de assessores, não só dos constituintes e da liderança do Governo, como também de funcionários requisitados no Executivo. Eles chegaram a instalar telefones e mesas nas salas das assessorias parlamentares dos Ministérios da Fazenda, Interior, Relações Exteriores e na do Banco Central, que ficam no camariz das comissões da Câmara.

A liderança do Governo está fiada na palavra do presidente Ulysses Guimarães, que, ontem, numa reunião com os líderes Carlos Sant'Anna e José Lourenço, se comprometeu a colocar em votação hoje a parte relacionada aos índios — a que falta do último capítulo — mesmo sem acordo, deixando que as decisões surjam no voto. Com isto, os governistas sustariam as manobras protelatórias da votação do mandato.

Outro aspecto que pega na parte das disposições transitórias, onde está a questão do mandato, é a metodologia de votação. Mas o Governo está seguro de que o presidente Ulysses Guimarães mais uma vez agirá no sentido de envolver num acordo todas as lideranças partidárias, acertando

a forma de votação, não o conteúdo. Os governistas querem aprovar o texto básico do Centrão, ressaltando os destaques, para depois passar a examinar as emendas existentes. Uma das primeiras a apreciar, então, seria a Matheus Iensen, pelos cinco anos.

Confiado de que não existia problema envolvendo a decisão do mandato do presidente José Sarney, o líder do PFL, José Lourenço, até viajou ontem a São Paulo para participar do casamento da filha do ex-deputado José Camargo. Antes ele esteve num encontro no Palácio da Alvorada onde, junto com Carlos Sant'Anna, analisou os dados disponíveis sobre o resultado da votação.

Esses líderes governistas negam que tenham tratado sobre a data da posse, não fixada pelas emendas de maneira clara. Segundo Carlos Sant'Anna, "essa será uma agonia para depois de aprovar os cinco anos". Contestam também que venham envolvendo nessas conversas sobre mandato a questão da prorrogação dos mandatos municipais.

Diante da impossibilidade de negociação do tema mandato, não existe sequer reuniões previstas para articulação de acordos. Somente após o término da votação do Título VIII (Ordem Social), as esquerdas deverão reunir os parlamentares quatroanistas para a discussão das formas de encaminhamento

Carlos Sant'Anna negou que esteja apressando a votação do mandato porque teme que a sessão possa ser conturbada se conduzida pelo senador Mauro Benevides ou o deputado Jorge Arbage. Isso aconteceria se o presidente Ulysses Guimarães assumisse o Governo com a viagem do presidente José Sarney para os Estados Unidos. Sant'Anna prefere mesmo é que a ausência já aconteça com o mandato definido.



Borges da Silveira e José Jorge: integração cincoanista

Borges passa o dia em busca dos votos

Mais de 40 constituintes foram "conversados" ontem pelo ministro da Saúde, Borges da Silveira, na arrancada final pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. "O que temos transmitido aos constituintes é que as eleições, caso ocorressem este ano, seriam desastrosas para o País", disse no início da noite o ministro, que é deputado pelo PMDB paranaense.

Segundo Borges da Silveira, o Presidente precisa de tempo para concluir a transição política e normalizar a situação econômica do País. Na sua opinião, os constituintes têm se conscientizado disto e, com o trabalho que ele e outros assessores diretos de Sarney estão desenvolvendo, os cinco anos estão garantidos "com uma boa margem de votos".

O ministro Borges da Silveira somente interrompeu seus contatos políticos ontem para participar, com o governador do seu Estado, Alvaro Dias, da assinatura de convênio entre os Ministérios da Saúde, da Educação, a

Fundação Pioneiras Sociais, o governo do Paraná e a Universidade Federal do Paraná. Com os recursos previstos, será construído, em Curitiba, um hospital do aparelho locomotor.

"Não temos mais tempo a perder. O mandato do presidente Sarney precisa ser votado o quanto antes. O povo aguarda ansioso a promulgação da Constituinte". E o alerta do deputado José Jorge (PFL/PE), cuja previsão é de que os cincoanistas vencerão com margem de 50 votos. Ele acredita que a votação acontecerá na quinta, ou na sexta-feira, dando margem ao Presidente de viajar tranquilo para a conferência da ONU, nos Estados Unidos.

O deputado pernambucano espera que os quatroanistas não prejudiquem o andamento da Constituinte, em nome doxçada causa perdida. "Não vejo razão para prorrogarmos a decisão, simplesmente porque uma minoria tenta radicalizar o processo. Se isto acontecer, perdemos mais uma semana, sem a menor necessidade", reagiu.

Esquerda, abatida, nem traça planos

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Sem qualquer estratégia de mobilização ou de votação definidas — ao contrário dos cincoanistas — os parlamentares que integram o bloco das esquerdas na Constituinte já têm como certa a derrota dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. "Não tem jeito de disfarçar dizendo que vamos ganhar. Eu estaria passando uma informação errada", admitiu ontem o senador José Richa (PMDB/PR), ao revelar que neste momento ninguém mais considera que seja possível reverter a situação, favorável aos cinco anos. "A única esperança é na hora do encaminamento em plenário. De repente baixa o Espírito Santo e os votos poderão ser modificados", disse o senador.

Diante da impossibilidade de negociação do tema mandato, não existe sequer reuniões previstas para articulação de acordos. Somente após o término da votação do Título VIII (Ordem Social), as esquerdas deverão reunir os parlamentares quatroanistas para a discussão das formas de encaminhamento

Centrão ameaça bloqueio total

Nova ameaça do Centrão: paralisar a Assembleia Constituinte. Isso poderia ocorrer se nesta semana o PT, o PDT e as esquerdas do PMDB obstruírem a decisão sobre o mandato do presidente Sarney. A informação foi do deputado paulista Roberto Cardoso Alves. Disse ele: "Falamos por aí que a votação do mandato ficaria para depois do dia 9. A reação será nossa. Lutaremos para impedir a promulgação da nova Constituição, parando tudo".

Cardoso Alves, comentou que, se paralisada a Constituinte, Sarney terá seis anos de mandato, com eleições somente a 15 de janeiro de 1991 e posse do eleito a 15 de março do mesmo ano. "Prevalecerá o período de mandato previsto no termo de posse de José Sarney perante o Congresso Nacional — seis

técnico e da votação das propostas existentes sobre duração do mandato. O deputado José Geonino (PT/SP) já anunciou que levantará questão de ordem sobre o encaminhamento, por exemplo, da emenda Matheus Iensen (PMDB/PR), que fixa o mandato em cinco anos.

— Eu vou questionar o presidente Ulysses Guimarães a validade da votação de um texto base para o título das Disposições Transitórias, que trata de matérias autônomas. Se for aceito o texto-base do Centrão, neste caso a emenda Matheus Iensen, que é aditiva, só poderá ser votada no final, explica Geonino.

Inconformado com a perspectiva de derrota, o líder do PIFT Brandão Monteiro reconhece que a mobilização das esquerdas para reverter a situação "está mal, muito fraca". Ele informou que chegou a procurar o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, para propor que reunissem lideranças expressivas e partissem para uma grande campanha em favor da realização de eleições diretas ainda este ano, mas a idéia não sensibilizou o senador paulista.

Cardoso Alves não concorda com a proposta de transferir a decisão do mandato de Sarney para o dia 9 em diante, se nesta semana houver obstrução cerrada das esquerdas. Ele acha que o texto básico do Centrão deve ser prioridade, pois é uma emenda coletiva". Votada a proposta do Centrão, seria logo submetida ao plenário da Constituinte a emenda Matheus Iensen, que estabelece eleições presidenciais a 15 de novembro de 89.

O deputado paulista considerou pessimista a previsão do seu companheiro de Centrão, deputado Tasso Coimbra (PMDB/RJ), de 315 votos, no máximo, pelo mandato dos cinco anos. O parlamentar paulista acha que, superada a obstrução, aprovado o texto básico do

— É lamentável, eles estão muito preocupados com a saída de parlamentares do PMDB e a reorganização de um novo partido. A preocupação com a duração do mandato presidencial foi pormenorizada e colocada em segundo plano — argumenta o líder do PDT, acrescentando, porém, que só perderá as esperanças no último minuto.

Como Brandão Monteiro, o líder do PCB, Roberto Freire, acredita que "dá pra brigar até o fim" pelos quatro anos para o presidente José Sarney, mas diz que ainda não sabe com que estratégias. "Não estamos conformados com a derrota não. Vamos achar uma saída", observa Freire, otimista.

Para o deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), entretanto, a sensação nesta terça-feira era a de que os quatroanistas já haviam absorvido a derrota em relação à fixação do mandato presidencial.

— Enquanto o outro lado está trabalhando com euforia para mobilizar os parlamentares e garantir os 5 anos, do nosso lado tudo parece muito parado, como se todos já tivessem entregado os pontos — comentou Zanetti.

Ulysses dá previsão a Dom Falcão

O deputado Ulysses Guimarães disse ao novo cardeal brasileiro, Dom José Freire Falcão, arcebispo de Brasília, que quer a Constituição pronta até dia 10 de julho. Na visita de 25 minutos que fez ontem a Dom José Freire Falcão, para cumprimentá-lo, Ulysses lamentou que seus compromissos políticos na Constituinte o impediam de ir a Roma, em 20 de junho, participar do consistório convocado pelo Papa, solenidade onde os bispos recebem o Chapéu Cardinalício.

Ulysses explicou a Dom Falcão que, assim que a Constituinte definir o mandato do presidente José Sarney, os trabalhos deverão deslanchar. O deputado espera que a questão seja decidida até sexta. Como presidente do PMDB, Ulysses aguarda que, adotados quatro ou cinco anos para Sarney, os dissidentes do partido resolvam fiscalizar e desistam da criação de uma nova sigla.

O cardeal perguntou ao presidente da Constituinte se as eleições municipais não vão ser adiadas. Dom Falcão explicou, que sua preocupação era com sua terra natal, Erere, no município de Pereiro, Ceará. Ulysses respondeu com convicção: — Não, elas ocorrerão na data prevista, 15 de novembro.

Governadores discutem PMDB após mandato

Centrão, a emenda Iensen podem alcançar 320 votos, pelo menos. No levantamento de Nilson Gibson (PMDB-PE), também do Centrão, se der quorum total — 559 constituintes — a emenda Iensen terá 325 votos contra 234. Outros mais otimistas disseram que a votação dos cinco anos poderá alcançar 350 votos.

O Planalto acha preferível transferir a decisão do mandato de Sarney e a questão da anistia dos militares punidos para o dia nove em diante, após o retorno do Presidente da República dos Estados Unidos e da volta de Ulysses Guimarães à Presidência da Constituinte. Com a ausência de Sarney — a partir do dia 5 — Ulysses assumirá interinamente a Presidência da República, como presidente da Câmara (e vice constitucional).

Os governadores do PMDB deverão reunir-se 72 horas depois de a Constituinte ter votado o mandato do presidente José Sarney para discutir os rumos do partido diante desta decisão. A informação, transmitida pelo governador do Rio, Moreira Franco, ao deputado Márcio Braga (PMDB/RJ), foi repassada ontem ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, pelo próprio parlamentar fluminense, que negocia a permanência dos dissidentes no partido.

Em nome do chamado Novo PMDB, grupo que reúne cerca de 50 parlamentares, todos dispostos a continuar na legenda, Márcio Braga procurou, no Rio, o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, para conversar sobre a única proposta que considera viável para evitar a saída em massa do partido: os dissidentes e o Novo PMDB ficariam com 60% do diretório nacional e da executiva, o partido romperia com o Governo e assumiria o compromisso de indicar o seu candidato à Presidência da República, através de uma prévia junto a todos os diretórios municipais. Caso perca a convenção para os conservadores, ai sim deixariam o partido.

Moreira Franco, segundo o próprio Márcio Braga, considerou infantil a ameaça de deixarem a legenda, se perderem a convenção.

Simon não quer menu político

Porto Alegre — Convidado para um almoço com o presidente José Sarney, amanhã, o governador Pedro Simon viajara hoje para Brasília como firme disposição de evitar qualquer conversa em torno de assuntos políticos. Simon não leva também nenhum elenco de reivindicações do estado, lembrando que elas são permanentes e nem assim tem obtido o apoio necessário do Governo Federal. Mas antecipou que os acordos comerciais entre Brasil e a Argentina devem ser reavaliados com profundidade, de modo que não prejudiquem a economia gaúcha.

Simon, no entanto, deverá aproveitar sua presença em Brasília para desenvolver contatos junto à Assembleia Nacional Constituinte.



Bernardo Cabral e Ulysses, na Mesa: definição fica mesmo para quinta